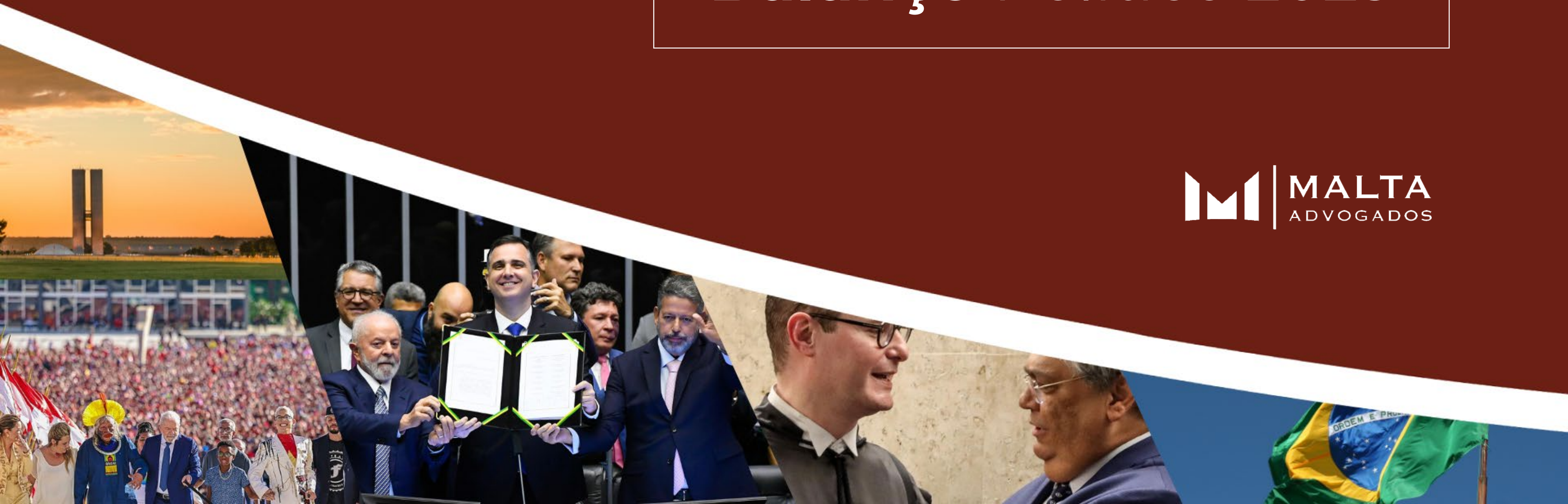


Balanço Político 2023



Sumário

Malta Advogados.....	3
Introdução.....	4
Parte 1 - Análise do cenário político nacional durante o ano de 2023.....	6
1. Resultados das eleições de 2022 e a polarização da política brasileira.....	7
2. A Posse Presidencial.....	8
3. Atos extremistas do dia 8 de janeiro.....	9
4. Câmara e Senado reconduzem presidentes, atritos marcam início da Legislatura.....	11
5. Os desafios na construção da base de apoio do Governo.....	14
6. A nova composição do STF.....	17
7. Corrida pelas Presidências da Câmara e do Senado.....	19
8. Pautas econômicas.....	21
9. A pauta social como mecanismo de aprovação popular.....	26
Parte 2 - Uma avaliação sobre os avanços e desafios dos principais setores da economia brasileira e serviços públicos.....	28
1. Setor Público.....	29
2. Saúde.....	32
3. Agropecuária.....	34
4. Indústria.....	36
5. Comércio e Serviços.....	38
6. Tecnologia.....	40
7. Segurança Pública.....	42
8. Financeiro.....	44
9. Meio ambiente.....	46

Malta Advogados

O escritório Malta Advogados pauta-se nos valores de excelência e contato estreito com cada demanda, permitindo a apresentação de soluções cuidadosas, inovadoras e de alta qualidade técnica, tendo sempre em vista os interesses de cada cliente.

Contamos com profissionais capacitados e preparados para atuar em casos complexos que demandam conhecimento interdisciplinar. A nossa sede é situada em área privilegiada da Capital Federal, possibilitando atuação próxima aos órgãos nucleares dos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, bem como representações em ações de diversos estados da Federação.

Relações Governamentais

O escritório tem forte atuação na defesa de interesses no âmbito governamental. Por meio de serviços de assessoria em relações institucionais e governamentais, o Malta Advogados possibilita aos seus clientes a construção e implementação de estratégias de *advocacy* que permitam atuação efetiva nos processos de tomada de decisão do Poder Público.

Com profissionais das mais diversas áreas e sócios especialistas em variados campos do Direito, o escritório cobre os quatro eixos fundamentais da área de relações governamentais, quais sejam: (i) o monitoramento; (ii) a inteligência/estratégia; (iii) o engajamento político e (iv) a elaboração de materiais técnicos.



Introdução

BALANÇO POLÍTICO 2023

O ano de 2023 foi marcado por intensos acontecimentos que moldaram o cenário político do Brasil e capturaram a atenção dos cidadãos. Desde a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva até os desafios enfrentados, uma série de acontecimentos ecoaram em todo o país, refletindo a complexidade e a intensidade do cenário político. Os eventos de 2023 deixaram uma marca duradoura na consciência coletiva dos brasileiros.

O ano já começou com a posse do presidente Lula, em ato coberto de simbolismos. Ainda em janeiro, os ataques às instituições democráticas pararam o Brasil, que acompanhou tudo em tempo real. A prisão do ex-ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, capturou a atenção do público, que exigia, então, respostas. Os atos de 8 de janeiro culminaram na instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito e ocuparam espaço político durante longo período.

Imerso em um cenário de polarização e enfraquecimento institucional, o Governo Federal precisou demandar alta energia para aproximar atores dos três Poderes e, ainda, tramitar propostas prioritárias no Congresso Nacional. Durante todo o ano, o Poder Executivo trabalhou para garantir apoio dos demais Poderes, muitas vezes sem o sucesso desejado.



O Brasil também foi impactado por acontecimentos internacionais, como a guerra entre Hamas e Israel, que gerou repercussões significativas. As complexas dinâmicas geopolíticas e seus efeitos globais influenciaram a percepção e as políticas do Brasil em relação a questões externas.

Em resumo, 2023 foi um ano de desafios e mudanças significativas para o Brasil. Os eventos políticos que marcaram o ano refletem a complexidade e a diversidade do cenário político nacional.

Neste Balanço Político 2023, a equipe de Relações Governamentais do Escritório Malta Advogados apresenta uma análise dos acontecimentos que mais movimentaram o país durante o ano.

Na primeira parte da publicação, apresentamos a análise do cenário mais amplo, destacando como se comportou o Governo, quais as vitórias e derrotas sofridas, bem como quais são as expectativas para o próximo ano. Na segunda parte, apresentamos curtas avaliações setoriais, com informações sobre os acontecimentos mais relevantes para as principais áreas da economia e do Poder Público.

Brasília, 29 de dezembro de 2023
Malta Advogados



Parte 1 - Análise do cenário político nacional durante o ano de 2023

Na primeira parte da publicação, apresentamos a análise do cenário mais amplo, destacando como se comportou o Governo, quais as vitórias e derrotas sofridas, bem como quais são as expectativas para o próximo ano.

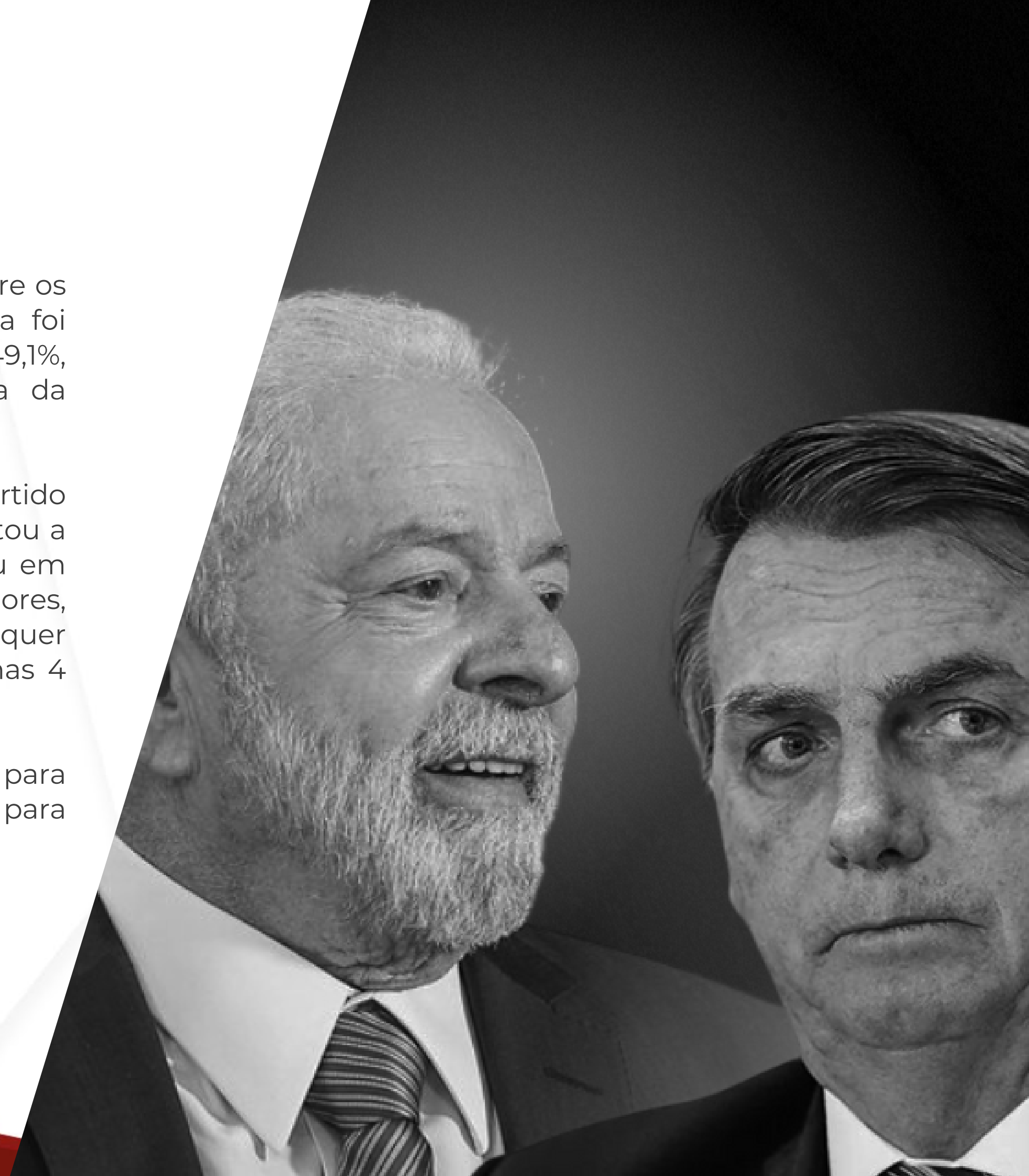
RESULTADOS DAS ELEIÇÕES DE 2022 E A POLARIZAÇÃO DA POLÍTICA BRASILEIRA

As eleições de 2022 no Brasil foram marcadas pela polarização entre os dois principais candidatos à presidência da República. A disputa foi acirrada e terminou com a vitória de Lula, pelo placar de 50,9% a 49,1%, tendo sido essa a disputa mais apertada para a Presidência da República na história do país.

No Congresso Nacional, o cenário não se repetiu, tendo sido o partido de Bolsonaro o vitorioso. Na Câmara dos Deputados, o PL conquistou a maioria das cadeiras, com 99 parlamentares, enquanto o PT ficou em segundo lugar, com 68. Já no Senado Federal, o PL elegeu 8 senadores, totalizando uma bancada de 13 senadores, enquanto o PT sequer figurou como a segunda maior bancada, tendo sido eleitos apenas 4 senadores, totalizando uma bancada com 9 parlamentares.

O cenário político deixou muito claro o desafio do Presidente eleito para formar sua base no Parlamento e aprovar as matérias necessárias para cumprir seu programa de governo.

Foto Lula: Ricardo Stuckert (PR) / Bolsonaro: Marcos Corrêa/PR



A POSSE PRESIDENCIAL

No primeiro dia do ano, Luiz Inácio Lula da Silva tomou posse como presidente da República para iniciar o seu terceiro mandato, em cerimônia realizada em Brasília, repleta de momentos simbólicos. Planejado pela primeira-dama, Janja, o evento ocorreu com apresentações musicais, a presença de líderes internacionais, representantes do povo brasileiro, artistas, influenciadores e, até mesmo, da cachorra Resistência, mascote de Lula, adotada durante o período em que esteve preso em Curitiba.

O momento político foi de polarização extrema e insegurança, decorrentes de uma disputa eleitoral intensa e atos radicais por parte dos apoiadores dos principais presidenciáveis, que protagonizaram cenas violentas entre o segundo turno das eleições e a posse do presidente eleito. Para viabilizar o evento de 1º de janeiro, a Esplanada dos Ministérios contou com reforço máximo na segurança.

Dentre os simbolismos identificados, Lula e seu vice, Geraldo Alckmin, usaram gravatas trocadas, em gesto de conciliação entre duas alas da política. Lula usou uma gravata azul, cor associada ao PSDB, enquanto Alckmin usou uma gravata vermelha, cor associada ao PT.

Outro momento importante foi a passagem da faixa presidencial. Na ausência do ex-presidente Jair Bolsonaro, a faixa foi passada por representantes do povo brasileiro, que simbolizavam a diversidade do país. Entre eles estavam um menino de 10 anos, uma catadora de recicláveis, um professor, um metalúrgico, uma cozinheira, um artesão e um homem com paralisia cerebral.

Foto: Ricardo Stuckert/PR



ATOS EXTREMISTAS DO DIA 8 DE JANEIRO

Imbuídos em um discurso de rejeição aos resultados das urnas nas eleições presidenciais, apoiadores radicais de Jair Bolsonaro montaram acampamento em frente ao Quartel General, em Brasília, durante semanas, logo após a confirmação do nome de Lula como futuro presidente do Brasil. Em 8 de janeiro de 2023, após preparativos acertados por meio de redes sociais, parte desses manifestantes caminhou até a Praça dos Três Poderes, em um ato que acabou se tornando a concretização de um ataque às sedes dos Poderes da República e à Democracia.

Os prédios do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal e do Palácio do Planalto foram depredados. Ao mesmo tempo, ocorreram atitudes agressivas por parte dos invasores, até mesmo com policiais. Os prejuízos causados foram muitos. Em termos financeiros, mais de R\$ 20 milhões foram contabilizados; além das perdas irreparáveis, como a destruição de obras de arte e itens de acervos históricos e culturais do país.

Não houve, por parte da Polícia Militar do Distrito Federal, a segurança necessária para conter os atos violentos. Isso levantou suspeitas e ocasionou o afastamento do governador, Ibaneis Rocha, e a prisão de autoridades da Secretaria de Segurança Pública do DF e membros do comando da Polícia Militar, responsáveis pela segurança do local.

Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



A responsabilidade e as possíveis omissões para evitar o movimento antidemocrático se tornou uma discussão política. Nesse contexto, o Poder Executivo Federal declarou que a responsabilidade por conter os extremistas era da segurança pública do DF, ao passo que opositores culpavam o ministro da Justiça pela ausência de uma atitude mais enérgica e imediata. Nas primeiras 24 horas do movimento, mais de mil pessoas foram presas e centenas ainda respondem perante a Justiça.

Em ação simbólica, no dia seguinte, o presidente Lula, acompanhado de governadores das 27 unidades federativas do país, da ministra Rosa Weber e dos ministros Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski e Luís Roberto Barroso, assim como representantes do Congresso Nacional, caminhou do Palácio do Planalto até o STF para ver os estragos sofridos.

Com o apoio de aliados e opositores, o ato liderado pelo presidente Lula representou uma clara mensagem de que todos os Poderes da República caminhavam, juntos, pela Democracia.

Outro desfecho do acontecimento se deu na instalação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), com a aprovação do relatório final, de autoria da senadora Eliziane Gama (PSD/MA), que sugeriu o indiciamento do ex-presidente Jair Bolsonaro como ponto central em todo o planejamento e execução dos atos antidemocráticos.

Foto: Ricardo Stuckert/PR



CÂMARA E SENADO RECONDUZEM PRESIDENTES, ATRITOS MARCAM INÍCIO DA LEGISLATURA

O dia 1º de fevereiro de 2023 marcou o início da 57ª Legislatura no Congresso Nacional. Ao todo, tomaram posse 513 deputados federais e 27 senadores, número que representa $\frac{1}{3}$ (um terço) do Senado Federal. Preliminarmente, o Parlamento presenciava, em seus bastidores, as movimentações para as eleições das Mesas Diretoras da Câmara e do Senado. Neste sentido, o primeiro dia de trabalho do Poder Legislativo em 2023 se concentrou nas eleições dos Presidentes das Casas.

Na Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL) tentava a recondução e teve como opositores os deputados Chico Alencar (PSOL/RJ) e Marcel Van Hattem (NOVO/RS). A eleição ficou marcada pelo recorde de votos em favor de Lira, que alcançou o apoio de 464 deputados federais, contra 21 em favor de Alencar e 19 votos para Van Hattem. A expressiva votação para reeleição do alagoano se deu graças à aliança feita com diversas legendas, com a unificação de um bloco, que contou com a participação do PT, partido do presidente Lula (que optou por não interferir na eleição da Câmara); e do PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Já a eleição do Senado Federal refletiu o cenário de polarização política do país. Ao contrário da estratégia adotada na Câmara dos Deputados, o Governo atuou ativamente pela recondução de Rodrigo Pacheco (PSD/MG). Com uma bancada de coalizão formada por partidos que compõem a Esplanada, o mineiro teve como adversário o Senador Rogério Marinho (PL/RN), que encabeçou a campanha por parte da oposição, com críticas ao STF e ao Poder Executivo.

Foto: Ricardo Stuckert/PR



Apesar do forte engajamento dos partidos de oposição, Pacheco saiu vitorioso, com 49 votos favoráveis e 32 contrários, permanecendo no posto de presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional pelo Biênio 2023-2024. O ato representou a primeira vitória do Governo recém-eleito e empossado.

A partir da composição das Mesas Diretoras, os trabalhos legislativos tiveram início de maneira conturbada, com conflito entre os presidentes das duas Casas, em virtude do processo de tramitação das Medidas Provisórias.

Conforme previsto pela Constituição Federal, são formadas Comissões Mistas, com representantes da Câmara e do Senado, para serem discutidas e previamente deliberadas as Medidas, antes da avaliação final, pelos plenários das Casas. Entretanto, em razão da pandemia, o processo foi alterado, retirada a fase das Comissões Mistas. Este método passou a incomodar os senadores, pois o relator da matéria na Câmara dos Deputados passou a ter mais competências, tendo se tornado o principal negociador das alterações ao texto das Medidas Provisórias. Essas proposições, costumeiramente, eram encaminhadas ao Senado, perto do término do prazo para a avaliação do Congresso Nacional, o que impossibilitava uma análise mais aprofundada e até possíveis alterações nos textos por parte dos senadores.

Nesse contexto, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD/MG), apoiado pelas lideranças da Casa, assinou um ato para a retomada do funcionamento desses colegiados. Contudo, o presidente da Câmara não concordou com os termos.

Foto: Marina Ramos/Câmara dos Deputados



Enquanto os senadores alegavam ser uma prerrogativa constitucional do Senado analisar, com o devido prazo, as Medidas Provisórias — em especial com a instalação de comissões especiais mistas —, Arthur Lira chegou a alegar que em razão de o Senado ter mais funções, como indicação de autoridades ou análise do mérito de processos de Impeachment, seria justo que a Câmara tivesse a prerrogativa de maior ação perante as Medidas Provisórias.

O impasse resultou no bloqueio da tramitação das próprias Medidas Provisórias que possuíam extremo interesse para o Governo.

Após semanas de negociação, as Comissões Mistas das primeiras Medidas Provisórias foram instaladas e os trabalhos seguiram seu fluxo. Contudo, esse contexto fez com que diversas Medidas Provisórias tenham sido arquivadas sem a aprovação pelo Congresso Nacional. Com isso, o Poder Executivo foi obrigado a apresentar projetos de leis para aprovar as matérias necessárias para dar início aos seus primeiros movimentos no cenário nacional.

Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado



OS DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DA BASE DE APOIO DO GOVERNO

O Presidente Lula, em um esforço para consolidar e ampliar sua base, tem utilizado ferramentas tradicionais de governos de coalizão, a exemplo da distribuição de cargos e da liberação de emendas parlamentares orçamentárias.

A liberação das emendas parlamentares, especificamente, foi uma das estratégias mais exploradas pelo Governo. Com o fim das emendas de relator, o Poder Executivo voltou a ter maior controle do orçamento. Neste sentido, seguiu estrategicamente a distribuição de recursos aos parlamentares. A ação resultou em diversas insatisfações — em especial por membros da Câmara dos Deputados —, mas valorizou o capital político do Governo, que empenhou as emendas conforme a necessidade de aprovar matérias de relevância, como o Novo Arcabouço Fiscal e a Reforma Tributária.

Este movimento, apesar de instável, tem sido objetivamente eficaz, como evidenciado pelo aumento na taxa de governismo — uma métrica do percentual de votos que seguem a orientação do governo — a partir de junho. Essa taxa é um indicador importante de alinhamento.

Foto: Ricardo Stuckert/PR



A taxa de governismo experimentou um aumento considerável no segundo semestre. De acordo com dados do portal da Câmara, tabulados pelo Poder 360, a taxa passou de 65,1% no primeiro semestre para 75,4% no segundo semestre, uma clara evidência do fortalecimento da base governista na Câmara.

No entanto, é preciso destacar a diferença de comportamento entre os partidos políticos. Uma base sólida de apoio às pautas vindas do Planalto foi criada, sobretudo, com partidos historicamente alinhados com Lula e o PT. Por outro lado, os chamados “aliados de ocasião” apresentam um desempenho menos consistente, com altos e baixos na taxa de governismo.

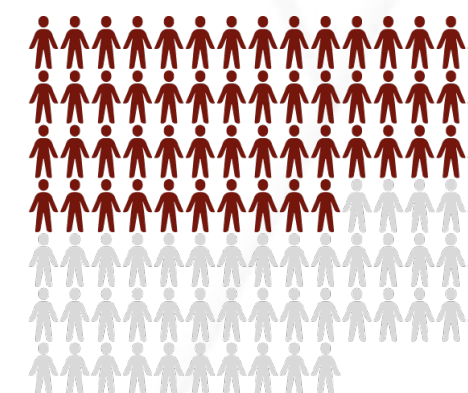
Essa inconsistência de partidos menos alinhados causou derrotas para o Governo em temas sensíveis, como as votações do Marco do Saneamento e do Marco Temporal. Os recados desses partidos são de que a negociação continua sendo uma peça-chave no jogo político brasileiro. Colaborou com essas derrotas o apoio de ocasião do Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL), que fez declarações públicas da insatisfação das lideranças da Câmara com a articulação do Governo.

Como alternativa do Governo para ter o maior apoio na Câmara dos Deputados, o segundo semestre foi marcado por nomeações de ministros do PP, Republicanos e União Brasil. Esses dados apontam para a eficácia da estratégia do Governo de fortalecer sua base de apoio por meio de negociações e concessões a seus aliados.

Todavia, é importante ressaltar que o Governo continuou sofrendo derrotas, em especial no campo ideológico. Exemplos disso foram as derrubadas dos vetos do Marco Temporal de Terras Indígenas, que teve 41 dos 47 vetos derrubados; e a Desoneração da Folha de Pagamento, vetada na íntegra pelo presidente e mantida pelos parlamentares.

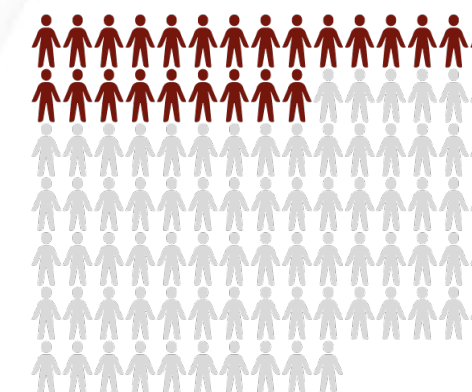
55% Apoiadores do Governo

(283 parlamentares)



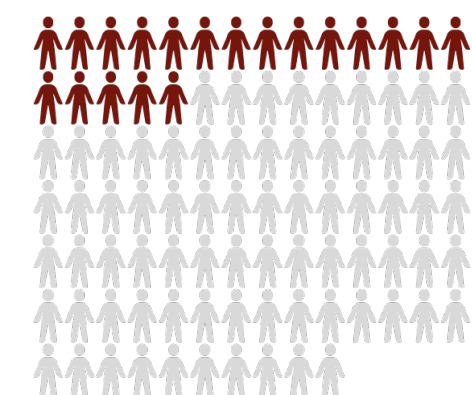
24% Apoiadores do Governo

(124 parlamentares)



20% Apoiadores do Governo

(106 parlamentares)



A ESPLANADA DE LULA

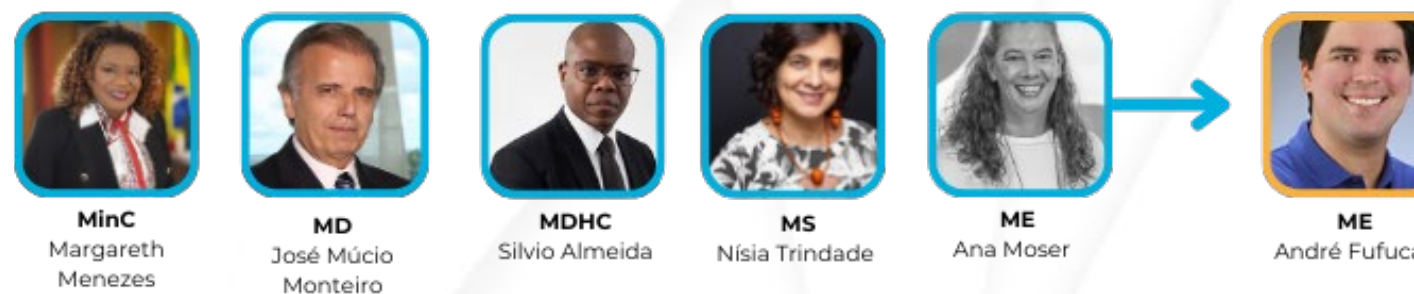
A composição da Esplanada é uma das estratégias mais tradicionais e de maior capitalização política. O Governo petista iniciou o mandato com 37 Ministérios, aumentando, posteriormente, o número para 38, com a criação do “Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte”, instituído para acomodar os partidos Republicanos e PP no Governo, além de melhorar as relações estabelecidas com o União Brasil.

Em um emaranhado, o primeiro escalão do Governo é composto com representações dos mais variados espectros políticos. O time de Relações Governamentais do Escritório Malta Advogados, após uma criteriosa análise, desenhou quatro núcleos diferentes que, estrategicamente, formam o quadro de apoio ao presidente. Sem que o partido deixe de ter relevância para a análise da composição dos ministérios, foram incluídos nomes da confiança pessoal de Lula; uma ala técnica e ideológica; e, também, representantes do Centrão, responsáveis por abrir o caminho para deliberações importantes no Legislativo.

Aliados do PT



Ala técnica/ideológica



Núcleo de confiança do Lula



Centrão



A NOVA COMPOSIÇÃO DO STF

Com a aposentadoria, em 2023, do ministro Ricardo Lewandowski e da ministra Rosa Weber, ambos do Supremo Tribunal Federal (STF), o presidente Lula indicou Cristiano Zanin e Flávio Dino, respectivamente, como os seus substitutos. O petista acumula, hoje, a indicação de quatro ministros da atual composição do STF, além de outros três terem sido indicados por Dilma Rousseff.

O primeiro indicado, Cristiano Zanin, é pessoa de confiança do presidente, por cuidar da defesa de Lula durante os processos da Lava-Jato. De perfil discreto, o advogado não encontrou grande resistência no Senado e teve o nome aprovado antes da reorganização da oposição, com 58 votos favoráveis e 18 contrários.

Flávio Dino, por outro lado, possui um perfil muito mais ativo, com vida pública há muitos anos. Além de ter sido juiz federal, Dino exerceu os cargos políticos de deputado federal, governador, senador e ministro da Justiça e Segurança Pública. No último cargo, atuou incisivamente contra ações da oposição, em especial nos acontecimentos relacionados aos atos antidemocráticos do dia 8 de janeiro de 2023. Nesse sentido, enfrentou maior resistência, tendo seu nome sido aprovado no Plenário do Senado Federal por 47 votos favoráveis e 31 votos contrários.

Foto: Valter Campanato/Agência Brasil



É importante destacar que diversos grupos apoiadores do presidente Lula criticaram a indicação de dois homens aos postos de ministros do Supremo Tribunal Federal, em especial a indicação de Flávio Dino, proveniente da aposentadoria da ministra Rosa Weber. Atualmente, das 11 cadeiras na Suprema Corte, apenas uma delas é ocupada por uma mulher, Carmen Lúcia, que permanecerá no posto até 2029.

A aposentadoria da ministra Rosa Weber também resultou na assunção do ministro Luís Roberto Barroso ao posto de presidente do Supremo Tribunal Federal. Barroso já declarou publicamente que sua gestão se voltará para a melhoria da prestação jurisdicional, da imagem do Poder Judiciário e, também, do relacionamento da Justiça com a sociedade. O ministro também declarou que pretende estimular a produção de diagnósticos sobre a máquina judicial para entender, a título de exemplo, a que se deve a sobrecarga de processos trabalhistas no País.

Foto: Valter Campanato/Agência Brasil



CORRIDA PELAS PRESIDÊNCIAS DA CÂMARA E DO SENADO

É possível antecipar que no próximo ano ocorrerão maiores movimentações pela disputa das presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com a impossibilidade de recondução dos atuais presidentes.

No Senado Federal, já é clara a movimentação por parte do presidente da Comissão de Constituição e Justiça e ex-presidente do Senado, Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP), com articulações junto a Rodrigo Pacheco (PSD/MG), para se lançar novamente ao posto de presidente. Pacheco, que costumeiramente está mais alinhado ao Poder Executivo e que sempre teve bom relacionamento com o Poder Judiciário, pautou, no final de 2023, diversas matérias de interesse da oposição, que iam de encontro com a pauta mais conservadora e que representaram recados do Senado ao Supremo Tribunal Federal. A movimentação foi muito clara, no sentido de buscar maior apoio da oposição para a próxima disputa pela presidência da Casa.

O aceno de Rodrigo Pacheco para apoiar Davi Alcolumbre como seu sucessor em 2025 provocou resistências dentro do PSD, partido de Pacheco. Membros da sigla no Senado estão buscando se cacifar para ocupar a posição de sucessor de Pacheco na presidência da Casa. O PSD detém a maior representação no Senado, com 15 membros. Uma parte do partido acredita que não seria lógico apoiar um parlamentar de outra sigla. Entre os membros do PSD que cogitam se candidatar, destacam-se Eliziane Gama (MA), Otto Alencar (BA) e Angelo Coronel (BA).

Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado



Eliziane Gama ganhou destaque ao assumir a relatoria da CPI do 8 de janeiro. Além disso, ela exerce influência sobre a bancada feminina e destaca a importância de o Senado eleger uma presidente mulher pela primeira vez.

Ao contrário do Senado Federal, a Câmara dos Deputados possui um cenário de disputa muito mais aberto. Até o momento, Elmar Nascimento (UNIÃO/BA) desponta como o principal candidato na Câmara dos Deputados para assumir a presidência, após a saída de Arthur Lira (PP/AL). Na sequência, encontra-se Marcos Pereira (REPUBLICANOS/SP), atual primeiro vice-presidente da Câmara. Pereira possui amplo apoio da bancada evangélica e poderá capitalizar o apoio de outras bancadas muito articuladas na Câmara dos Deputados, como a bancada Agro e alas mais conservadoras.

Outro nome que vem sendo cogitado nos bastidores é o do deputado Antônio Brito (PSD/BA), que tem o prestígio de seus pares e do Planalto — além de que sua vitória poderia ser interpretada como mais um feito de Gilberto Kassab, ex-prefeito de São Paulo e atual presidente do PSD. Todavia, Lira e seus aliados demonstraram incômodo com Kassab, que se articula em diversas frentes políticas, sendo figura influente no governo de Tarcísio (REPUBLICANOS/SP) no governo de São Paulo, capital, enquanto seu partido ocupa três ministérios no Poder Executivo Federal.

Isnaldo Bulhões (MDB/AL) também é um possível candidato. Atual líder do MDB na Câmara dos Deputados, é reconhecido como um dos melhores negociadores dentro do Parlamento, o que pode fortalecer sua candidatura no decorrer do próximo ano. Por outro lado, Isnaldo enfrenta desafios na política alagoana, sendo aliado do senador Renan Calheiros, que é declaradamente adversário de Lira.



Foto 1: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

Foto 2: Michel Jesus/Câmara dos Deputados

Foto 3: Paulo Sérgio/Câmara dos Deputados

Foto 4: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

PAUTAS ECONÔMICAS

NOVA REGRA FISCAL

O Governo eleito, por intermédio do Gabinete de Transição, se viu obrigado a atuar junto ao Congresso Nacional, em dezembro de 2022, para viabilizar recursos para honrar todos os seus compromissos no ano de 2023. Naquele instante, foi necessário articular a aprovação da “PEC fura-teto” ou PEC da Transição, que autorizou o Poder Executivo a realizar gastos de R\$ 1,45 bilhões em 2023, além dos limites estabelecidos pelo teto fiscal. A medida foi necessária para cumprir diversas promessas de campanha, como a manutenção do Bolsa Família em R\$ 600,00, com acréscimo de R\$ 150,00 por crianças de até 6 anos; a ampliação do Programa Farmácia Popular; o aumento do salário mínimo, dentre outras.

O Governo precisou trabalhar com afinco e dialogar intensamente com o Congresso Nacional para viabilizar a aprovação da Emenda Constitucional, que contou ainda com a previsão de envio de proposta, pelo presidente da República, do projeto de lei complementar destinado a instituir o Novo Arcabouço Fiscal. Isso representou a primeira grande vitória do Governo Lula, ainda antes de sua posse.

Logo após o início da Legislatura, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foi protagonista na articulação para aprovação do Novo Arcabouço Fiscal, se alinhando ao presidente da Câmara, Arthur Lira, para buscar a aprovação da matéria. O Novo Arcabouço foi considerado, até mesmo por boa parte da oposição, uma ótima alternativa para substituir a regra do Teto de Gastos, que, costumeiramente, era quebrada para garantir o funcionamento da máquina pública.

Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil



PAUTAS ECONÔMICAS

LDO E A NECESSIDADE DE AUMENTO DE ARRECADAÇÃO

A aprovação de tantas reformas econômicas tornou o ano desafiador para o Poder Executivo na construção do orçamento para 2024. Primeiramente, para cumprir o prazo constitucional, o Governo encaminhou uma primeira versão do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, que, após a aprovação do Novo Arcabouço, precisou ser alterado por meio de mensagem do Poder Executivo ao Parlamento, para adequar a proposição. Um dos pontos de maior disputa foi a definição do déficit primário.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, travou disputas no Parlamento e, até mesmo, dentro do Governo para defender a meta de déficit zero no orçamento de 2024. A título de exemplo, a ala mais tradicional do PT, na pessoa de sua presidente, Gleisi Hoffmann, criticou publicamente a meta e defendeu autorizar o endividamento do País para realizar investimentos que, a longo prazo, poderiam trazer retorno. Até mesmo o presidente da República realizou discursos no sentido de que o déficit primário zerado não se sustentaria.

Por fim, Haddad se consagrou o vencedor da disputa e a LDO foi aprovada nos termos defendidos pelo ministro próximo do recesso legislativo de final de ano, o que resultou em uma corrida pela aprovação de proposições espinhosas e de difícil enfrentamento para elevar a arrecadação do Governo.

Foto: Ricardo Stuckert/Divulgação



Como medida para possibilitar o déficit zero, o Governo trabalhou pela aprovação do PL 4.173/2023, que regulamentou a tributação de renda, com alíquota de 15% sobre os fundos de investimentos exclusivos — com a participação de um único cotista — e a renda obtida no exterior por meio de empresas que investem no mercado financeiro, conhecidas por *offshores*. A estimativa é a de que a aprovação da proposição elevou a arrecadação de impostos em favor do Governo Federal em R\$ 3,2 bilhões em 2023 e possibilitará a arrecadação de R\$ 13,2 bilhões em 2024, conforme o parecer do relator da proposição no Senado Federal, Alessandro Vieira (MDB/SE).

Outra regulamentação aprovada no Congresso de grande importância foi a de apostas online. Segundo a proposição aprovada pelo Congresso Nacional, os apostadores que ganharem mais de R\$ 2.112,00, primeira faixa da tabela de imposto de renda, deverão recolher tributos equivalentes a 15% do valor do prêmio. Além disso, passará a incidir a cobrança de 2% do valor da aposta em favor de contribuições para a seguridade social. Há, por parte dos membros da equipe econômica do Governo, a expectativa de arrecadação de R\$ 1,6 bilhões com a aprovação da legislação.

Foto: Agência Câmara



PAUTAS ECONÔMICAS

O ACORDO EM PROL DA REFORMA TRIBUTÁRIA

Houve, também, a entrega da primeira parte da Reforma Tributária, destinada a reformular o sistema tributário sobre consumo no país. A aprovação da Emenda Constitucional se apresentou como a celebração de um acordo entre as lideranças da Câmara dos Deputados, Senado Federal e a ala econômica do Poder Executivo. A proposta foi considerada pelos parlamentares como uma grande vitória, pois simplifica o sistema de cobrança de tributos, o que, segundo eles, possibilitará que o Brasil se torne mais competitivo.

Outro ponto importante da Reforma é a previsão do envio, em até 90 dias, pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, de propostas de mudanças na taxaço sobre a renda, temática considerada de extrema relevância pelo Governo, visto que desde a apresentação de seu programa de governo, ainda nas eleições, trazia a proposta de taxaço de pessoas mais ricas e a diminuio da carga tributária para pessoas com menor renda.

Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado



A Reforma Tributária sobre renda será aprovada por meio da votação de projetos de leis, com regras menos rígidas em comparação à aprovação de propostas de emendas constitucionais. Contudo, não será uma tarefa simples aprovar uma legislação que realmente promova uma reforma profunda, tendo em vista os temas que certamente serão abordados, como a taxaço de distribuição de lucros e dividendos de pessoas jurídicas para pessoas físicas e o ajuste da tabela de imposto de renda para pessoas físicas (IRPF) e jurídicas (IRPJ).

Na reforma do IRPF, para não representar a diminuição de arrecadação, precisarão ser criadas alíquotas mais altas para quem ganha mais, uma vez que o Governo defendeu durante as eleições a faixa de isenção para pessoas que ganham até R\$ 5.000,00. Os impactos para uma faixa de isenção como essa poderá representar a diminuição de cerca de R\$ 200 bilhões na arrecadação, segundo dados da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco).

Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado



A PAUTA SOCIAL COMO MECANISMO DE APROVAÇÃO POPULAR

Eleito, em grande medida, pelo discurso vinculado às pautas sociais, o terceiro mandato do presidente Lula foi marcado por falas direcionadas às minorias e ações visando consolidar a sua aceitação pela população que o elegeu. O resultado foi a aprovação de 54%, no segundo semestre, por parte dos brasileiros, segundo pesquisa da Quaest, divulgada em 20 de dezembro do ano corrente. Ao questionar os eleitores quanto aos maiores acertos do Governo, os exemplos mais citados foram aqueles vinculados à área social: a recriação do “Minha Casa, Minha Vida” e o aumento do “Bolsa Família”.

Os programas, implementados nos dois primeiros mandatos de Lula, têm vinculação automática ao nome do petista, o que fez com que o ex-presidente, Jair Bolsonaro, os editasse, apresentando nova roupagem, sob a forma dos programas “Auxílio Brasil” e “Casa Verde e Amarela”. No ano corrente, Lula reincorporou os programas às políticas públicas ativas, aumentando a abrangência do Bolsa Família, com a inclusão de dependentes de 7 a 18 anos na composição familiar, gestantes e lactantes como beneficiários.

Foto: Sandra Travassos/ALBA



Outro marco importante foi a aprovação do Plano Plurianual Participativo (PPA) pelo Congresso Nacional. Esse plano, que envolveu, pela primeira vez, a participação da população por meio de consultas públicas, é o principal instrumento de planejamento orçamentário de médio prazo do Governo Federal. O PPA foi construído com base na participação de quase 1 milhão e meio de brasileiros e resultou em um orçamento focado em investimentos na área social.

Por fim, o programa “Desenrola”, lançado em junho de 2023 pelo Ministério da Fazenda para diminuir o número de endividados no país, facilitando a renegociação de dívidas, conseguiu negociar R\$ 29 bilhões em dívidas. O Programa teve início a partir da edição da Medida Provisória 1.176/2023, não aprovada pelo Congresso Nacional. Sendo assim, perdeu a vigência em 3 de outubro de 2023. Como alternativa para a manutenção do Programa, o Congresso e o Poder Executivo entraram em acordo para a aprovação do PL 2.685/2022, de autoria do deputado Elmar Nascimento (União/BA), que permitiu a prorrogação até o fim do ano.

Foto: Pedro Ladeira/Folhapress



Parte 2 - Uma avaliação sobre os avanços e desafios dos principais setores da economia brasileira e serviços públicos

Na segunda parte da publicação, apresentamos uma avaliação setorial, com detalhes sobre os acontecimentos mais relevantes para os principais setores da economia e serviços públicos.

SETOR PÚBLICO

Iniciado o novo Governo, coube à economista Esther Dweck o comando do novo Ministério de Gestão e Inovação em Serviços Públicos, pasta criada para a gestão da administração federal e da reforma do Estado. Durante a disputa eleitoral, as possíveis alterações na gestão do serviço público ficaram muito evidentes, dividindo eleitores.

Neste cenário, destaca-se a criação, pelo Ministério, da Mesa de Negociação com entidades representativas do Serviço Público, objetivando negociações coletivas relacionadas aos direitos dos servidores públicos. As reuniões pautaram vários temas, como planos de carreiras e reajustes salariais e de benefícios.

Todavia, o tema que ganhou espaço durante todo o ano foi a Reforma Administrativa, que, atualmente, tramita na Câmara dos Deputados no escopo da PEC 32/2020. A proposta tem como principal defensor o presidente da Casa, Arthur Lira (PP/AL), que sinalizou o interesse em pautar a proposição, bem como ouvir do Governo possíveis propostas de alterações. Ainda que priorizada, não houve avanço na tramitação. A matéria aguarda inclusão em pauta do Plenário.

Foto: Geraldo Magela/Agência Senado



Em contrapartida, houve um avanço na tramitação do Projeto de Lei Complementar (PLP) 143/2020, que trata do reconhecimento da contagem do tempo de serviço durante a pandemia da Covid-19. Apresentado pela então deputada e atual senadora Professora Dorinha Rezende (UNIÃO/TO), o Projeto altera a LC 173/2020, que proibiu, durante a pandemia, o pagamento de gratificações por tempo de serviço, licenças-prêmio, formas de ascensão nas carreiras, reajustes salariais e novas contratações. A proposta tem como objetivo permitir, retroativamente, o cômputo do período em que as restrições vigoraram para a concessão de promoções e gratificações por tempo de serviço. A proposição foi aprovada em todas as Comissões e seguiu para deliberação no Plenário da Câmara dos Deputados.

No Senado Federal, matérias relevantes para o Serviço Público também foram notadas. Tramita na Casa, por exemplo, a PEC 10/2023, que institui a parcela mensal de valorização por tempo de exercício dos magistrados e membros do Ministério Público.

Foto: Pedro França/Agência Senado



A Proposta teve como primeiro signatário o presidente da Casa, senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG), que tem atuado em favor de sua aprovação concomitantemente com a votação do PL 2.721/2021, que disciplina regras para o pagamento de valores acima do teto constitucional, sob o argumento de que os temas, combinados, projetam uma reestruturação das carreiras, assim como excluem distorções e excessos. As matérias tramitam na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal.

Enquanto a PEC 10/2023 aguarda deliberação sobre o parecer, já publicado pelo relator, Eduardo Gomes (PL/TO), o PL 2.721/2021 ainda aguarda a apresentação de parecer, tendo sido designado o mesmo relator da PEC 10/2023 para essa matéria.

Tendo sido a aprovação da PEC 10/2023 um compromisso firmado por Pacheco, há a expectativa de que as proposições estejam entre as prioridades da CCJ e os debates sejam retomados no início do novo ano legislativo.

Foto: Roque de Sá/Agência Senado



Em pleno processo de reconstrução, passado o período crítico vivido em razão da pandemia da Covid-19, o ano de 2023 simbolizou, finalmente, o primeiro respiro do setor de saúde no Brasil. Com temas ainda destacados no cenário político, como a inserção dos planos de saúde em diversos debates e a efetivação do piso salarial de enfermeiros, é possível notar, desde logo, holofotes mais enfraquecidos em direção às críticas e barreiras que o setor vinha enfrentando nos últimos anos.

Ainda assim, pode-se considerar estar vivendo uma “ressaca” da pandemia, o que colocou a vacinação como prioridade, com campanhas de imunização em massa ocorrendo em todo o país. Também foram realizados esforços para fortalecer os sistemas de vigilância de saúde para detectar e responder a novos surtos da doença. Partindo do Poder Legislativo, cabe destaque para o PL 1.403/2019, de autoria do senador Veneziano Vital do Rego (MDB/PB), que regulamenta os serviços privados de vacinação.

A história da saúde brasileira merece um capítulo dedicado à estipulação do piso salarial para a enfermagem. O pleito, que nasceu da insatisfação da classe profissional, potencializado pelo sentimento de gratidão pelo trabalho louvável realizado durante a pandemia, gerou momentos de celebração, mas também de preocupação.

Foto: Gilson Abreu/AEN



Após incansáveis debates, e constatada a necessidade de alteração constitucional para possibilitar a fixação de um salário mínimo, ainda em 2022 as modificações começaram a aparecer, culminando na aprovação de uma lei com a previsão dos valores que deveriam ser recebidos. Sem previsão orçamentária, foi determinada a suspensão da lei pelo STF. Entretanto, em 2023 foi sancionada lei para cobrir esta lacuna, momento em que o piso salarial começou a ser, de fato, colocado em prática. Ainda pendente de ajustes para ser sustentável, principalmente para a iniciativa privada, o piso de enfermagem tende a ser alvo de muitas outras negociações, tentativas de melhorias e mudanças normativas.

Por fim, o ano foi marcado pela priorização que o Governo deu à industrialização da saúde, direcionamento já indicado desde a formação do gabinete de transição. Fator importante neste contexto é a figura do médico e vice-presidente, Geraldo Alckmin, que, além do histórico importante na saúde, também acumula a função de ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. A priorização do assunto foi confirmada com o anúncio do Governo sobre um investimento de R\$ 4,2 bilhões no Complexo Industrial de Saúde. O objetivo é fortalecer a capacidade do Brasil de responder a crises de saúde e estimular a inovação no setor. Parte do financiamento foi reservado para a pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias e tratamentos, com foco particular nas áreas de telemedicina e saúde digital.

Foto: Ricardo Stuckert / PR



O ano de 2023 também foi marcado por iniciativas importantes para o setor agropecuário. A maior parte do crescimento econômico foi impulsionado por esse segmento, o qual teve um papel fundamental no aumento da produção brasileira.

No decorrer de 2023, o Produto Interno Bruto (PIB) da atividade produtiva ligada à agropecuária registrou um crescimento de 18,1% em relação ao ano anterior, alcançando o melhor resultado desde o início da série histórica, iniciada há 28 anos. As principais atividades econômicas responsáveis por esse crescimento foram: milho, cana-de-açúcar, algodão e café.

Além dos resultados positivos, o ano foi marcado pela aprovação e sanção de importantes Projetos de Lei (PL). Destaca-se o PL 1.459/2022, que flexibiliza as regras de aprovação, registro e comercialização de agrotóxicos. De autoria do então senador e ex-ministro da Agricultura, Blairo Maggi, a proposição estabelece prazos para a liberação de registros de novos produtos, permitindo a utilização temporária enquanto não houver classificação, e transfere ao Ministério da Agricultura e Pecuária a competência para registrar esses produtos químicos. A matéria, todavia, aguarda sanção presidencial e há a expectativa de que sofrerá vetos pelo Poder Executivo.

Foto: Agência FPA



Em junho do ano corrente, foi anunciado o Plano Safra 2023/2024, que destinou R\$ 364,22 bilhões, a maior cifra da história, para o financiamento, com redução da taxa de juros, para produtores enquadrados no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp).

A discussão sobre o estabelecimento de um Marco Temporal para a demarcação de terras indígenas e reservas ambientais também foi um tema de grande interesse no Poder Legislativo e Judiciário. Essa tese estabelece que os povos indígenas têm direito à ocupação das terras que conseguirem comprovar como já estando em disputa ou ocupadas no momento da promulgação da Constituição Federal de 1988.

O Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou a tese do marco temporal, por uma votação de 9 votos contra e 2 favoráveis, durante o julgamento do Recurso Extraordinário 1017365. Diante dessa decisão, a Câmara dos Deputados retomou a discussão do PL 490/2007, que regulamentou a tese. Após ser aprovado na Câmara e no Senado, o presidente Lula vetou partes referentes à indenização, reconhecimento e demarcação de terras indígenas. No entanto, em sessão conjunta, o Congresso Nacional derrubou os vetos presidenciais, sendo considerada pelo líder do Governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), uma derrota consciente pelo Poder Executivo.

Foto: Ton Molina/Fotoarena/Estadão Conteúdo



INDÚSTRIA

O Governo Federal designou o experiente político paulista e vice-presidente, Geraldo Alckmin, para liderar o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, recém-criado em 2023.

A aprovação da Reforma Tributária (PEC 45/2019) foi, indiscutivelmente, um dos eventos mais significativos para o setor. A tentativa de reformar o complicado sistema tributário brasileiro sob um regime democrático perdurou por quase 40 anos e demandou a participação de outros diversos atores da política nacional.

No Poder Executivo, foi evidente a participação do presidente Lula e do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. No Poder Legislativo, atuaram com protagonismo os presidentes da Câmara e do Senado, bem como os relatores nas respectivas Casas, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB) e o senador Eduardo Braga (MDB/AM). Também participaram das discussões os governadores e diversos prefeitos, tendo em vista que foi discutida uma Reforma Tributária sobre consumo, que envolve impostos federais, estaduais e municipais.

Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil



Para a Indústria, as mudanças trazidas pela Reforma representam uma simplificação da tributação, resultando em aumento de produtividade por meio da substituição de 5 impostos: ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins por dois impostos sobre valor agregado dual, denominados CBS e IBS. Dessa forma, a alteração proposta evitará a duplicação tributária por diferentes entes federativos. Além disso, a tributação será não cumulativa, permitindo às empresas deduzir dos seus pagamentos tributos cobrados sobre produtos que já tenham sido taxados em etapas anteriores da produção, extinguindo o efeito cascata.

Há, também, a previsão de isenção ou dedução tributária para setores e produtos considerados essenciais, como itens da cesta básica e produtos relacionados à saúde pessoal.

Para conter a guerra fiscal (disputa entre os Estados pela instalação de indústrias por meio de benefícios tributários), a Reforma Tributária proibiu a implementação de novas exceções pelos Estados e alterou o local de cobrança — que, anteriormente, era feito no local de produção e, agora, passa a ser no lugar de consumo. No entanto, foi criado o Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais para compensar pessoas físicas e jurídicas. Com o mesmo objetivo, foi estabelecido o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, que visa reduzir as disparidades regionais.

Foto: Gilberto Sousa/CNI



COMÉRCIO E SERVIÇOS

O Governo Lula, desde o início, apostou na área de Comércio e Serviços para alavancar a economia. O presidente assinou a Medida Provisória 1.185/2023, que muda a forma pela qual as empresas tratarão recursos de subvenções concedidos pela Federação para diminuir o pagamento de tributos federais. Tal medida foi aprovada pelo Congresso Nacional em apenas quatro meses.

O Poder Executivo e o Parlamento entraram em atrito quando aprovada a continuidade da desoneração da folha de pagamento. A matéria teve amplo apoio nas duas Casas do Congresso Nacional, contudo, o presidente vetou integralmente a proposição. Lula argumentou que a proposta é inconstitucional por criar renúncia de receita sem apresentar o impacto nas contas públicas. A ação do Poder Executivo foi considerada um aval de Lula ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que tem como prioridade o déficit zero das contas públicas.

Foto: Andressa Anholete/Bloomberg



Os benefícios fiscais da desoneração da folha foram instituídos ainda no primeiro mandato de Dilma Rousseff. A renúncia de tributos no setor privado é estimada em cerca de R\$ 9,4 bilhões por ano, segundo o Ministério da Fazenda.

O Congresso Nacional demonstrou força e unidade em favor dos 17 setores da economia beneficiados e derrubou o veto integral em sessão do Congresso logo após a sua publicação no Diário Oficial da União. Representantes dos setores produtivos afirmaram que os impactos da retirada da desoneração representaria a redução de empregos e a desaceleração dos principais setores.

Foto: Tony Winston/Agência Brasília



TECNOLOGIA

No ano de ampliação das ferramentas destinadas ao uso de inteligência artificial, o setor de tecnologia surge como protagonista, ainda que vivenciando crises e retomadas. Há um enorme limbo normativo em razão dos legisladores não acompanharem o lançamento de novos serviços, bem como pelo fato de os projetos relacionados ao setor serem pautados como prioridade em temáticas diversas, como nas pautas relacionadas aos assuntos de saúde, trabalho, social, cultural e tantos outros.

A regulamentação de trabalho por aplicativos e de redes sociais foram temas relevantes no primeiro ano do novo Governo. Durante as eleições de 2018 e 2022, destacou-se a problemática da propagação, sistematizada, de *fake news* via internet. Aliado a isso, o Brasil sofreu com uma onda de casos de violência em escolas, em que os agressores utilizavam de plataformas digitais para organizar os ataques e disseminar discursos de ódio.

Nesse sentido, o Governo articulou a aprovação de proposta, de autoria do senador Alessandro Vieira (MDB/SE), que se encontrava parada na Câmara dos Deputados. O PL 2.630/2020, conhecido como PL das *Fake News*, visa regulamentar as redes sociais e impor limites à atuação política em plataformas digitais.

Foto: Reprodução



A matéria chegou a ter um requerimento de tramitação em regime de urgência aprovado, mas não foi possível construir um acordo entre as lideranças da Câmara dos Deputados em razão de alguns parlamentares argumentarem que o escopo da proposição excedia a regulamentação do uso de *Fake News*, resultando em possível censura, o que afeta o direito constitucional à liberdade de expressão.

Considerada uma das principais derrotas do Executivo durante o ano, o Líder do Governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT/CE), confirmou que a votação da proposição será uma das prioridades para 2024.

Outro tema na pauta prioritária do Governo foi a regulamentação de trabalhos por aplicativos. Para isso, o Ministério do Trabalho e Emprego criou uma mesa de negociação entre sindicatos e representantes das plataformas. O grupo se reuniu durante 5 meses, mas, até o momento, não houve consenso capaz de possibilitar ao grupo a apresentação de uma proposta para o Parlamento. O tema é encarado como uma das principais propostas de campanha pelo Poder Executivo.

O Governo Federal também se empenhou pela aprovação do PL 2.331/2022, que regulamenta os serviços de *streaming*. A proposta, além de estabelecer quotas mínimas de disponibilização de produções nacionais, impõe a cobrança da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine) com alíquota máxima de 3%, prevendo isenção para empresas que tenham arrecadação anual de até R\$ 4,8 milhões. Além disso, as empresas poderão deduzir 60% dos impostos em caso de investimento em produções nacionais e podem obter desconto de até 50% nos casos em que metade do catálogo seja composto por obras brasileiras.

Imagem: Tricky_Shark/Shutterstock



SEGURANÇA PÚBLICA

A área da segurança pública é a política de pior avaliação entre os eleitores brasileiros. A percepção da insegurança aumentou, conforme pesquisa do Instituto AtlasIntel, realizada em setembro. Pelo levantamento, 47% dos brasileiros consideram a gestão da área como péssima e 9% como ruim.

A crise no setor é conhecida dentro do Governo Federal. Com a iminente saída de Flávio Dino para assumir a vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal, o Governo cogita desmembrar o Ministério da Justiça e Segurança Pública, sendo criado um ministério novo para cada temática. Entretanto, essa ideia se tornou impopular, com Lula sendo aconselhado a não fazê-lo. Existe a avaliação de que caso o Ministério da Segurança Pública seja criado, o Governo chamará para si a responsabilidade integral sobre a crise no setor e será cobrado por isso nos próximos três anos, dissipando a atenção da população sobre a responsabilidade dos governos estaduais.

Foto: © José Cruz/Agência Brasil



Apesar disso, algumas proposições foram aprovadas para combater a insegurança e a criminalidade. O Congresso Nacional aprovou e o presidente Lula sancionou, em dezembro, o protocolo “Não é Não”. A medida busca prevenir o constrangimento e a violência contra mulheres em ambientes onde ocorre o consumo de bebidas alcoólicas, como boates, casas de show e bares. Outra medida relacionada à segurança pública é o PL 3.780/2023. A medida, aprovada na Câmara dos Deputados, aguarda apreciação no Senado Federal e aumenta a pena para os crimes contra o patrimônio, como furto e roubo.

Por fim, a Secretaria de Segurança Pública também criou o protocolo “Celular Seguro”, ferramenta que poderá ser acionada nos casos de roubo ou furto de celulares em parceria com a ANATEL e alguns bancos. A iniciativa prevê que os usuários cadastrados que tiverem seu celular perdido, roubado ou furtado, poderão registrar uma ocorrência pelo aplicativo. Neste sentido, um alerta será enviado para as operadoras de telefonia móvel e bancos. A ideia é que, no futuro, os aparelhos passem a contar com um bloqueio imediato, o tornando totalmente inutilizável.

Foto: Bruno Spada/Câmara dos Deputados



FINANCEIRO

Após a eleição de Lula, o mercado financeiro reagiu receosamente à indicação de que Fernando Haddad, ex-prefeito de São Paulo e ex-ministro da Educação, seria o novo ministro da Fazenda. Entretanto, a atuação do ministro surpreendeu o mercado em razão das posições alinhadas à austeridade fiscal, que refletiram em políticas públicas, a exemplo da aprovação do Novo Arcabouço Fiscal. Haddad também defendeu o déficit zero das contas públicas como meta para o ano de 2024 durante a votação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Para além das indicações ao Mercado, o ministro da Fazenda também criou vínculos políticos, principalmente com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira. No Congresso Nacional, propostas que interessam o setor financeiro também foram apreciadas, com a interlocução de Haddad, que em diversas oportunidades participou de reuniões com lideranças do Congresso e esclareceu suas ideias, o que agradou muitos parlamentares.

Apesar da boa relação construída entre o Executivo e o Legislativo, ocorreram diversos embates entre o Governo e a diretoria do Banco Central, representado pelo presidente Roberto Campos Neto, em razão da manutenção da taxa de juros em alta para o controle da taxa de inflação. Lula defendeu publicamente a redução da taxa de juros, apoiado por diversos setores produtivos, em razão de sua manutenção dificultar o acesso ao crédito e o crescimento econômico.

Foto: Lula Marques/Agência Brasil



Houve um consenso entre os Poderes Legislativo e Executivo para trabalharem as aprovações de medidas econômicas que possibilitaram uma reação do mercado, assim como a redução da taxa de juros. Como resultado, a IBOVESPA, entre janeiro e novembro, acumulou alta de 16%. Os juros, neste mesmo período, recuaram de 13,75% para 11,75%. O dólar, que iniciou o ano com cotação de R\$ 5,28, em dezembro está próximo de R\$ 4,90.

Em consonância ao período, dentre as principais propostas do Governo, foi sancionada, em outubro, a Lei 14.771/2023, que ficou conhecida nacionalmente como o “Marco Legal das Garantias”. A nova legislação trouxe alterações importantes no que diz respeito a regras aplicáveis às garantias praticadas por instituições financeiras e credores, como a alienações fiduciárias e hipotecas sobre bens imóveis.

O Governo Lula havia vetado parcialmente 16 dispositivos da nova lei, que regulamentam o procedimento de busca e apreensão extrajudicial de veículos e títulos, além de outros assuntos. Embora tenha alegado vício de inconstitucionalidade nas razões dos vetos, eles foram derrubados em sessão conjunta do Congresso Nacional realizada em dezembro.

Em dezembro, ainda, o presidente Lula sancionou lei que muda a tributação de rendas obtidas com fundos exclusivos de investimento e *offshores* — empresas no exterior que administram fundos de investimentos. A Lei 14.754/2023 foi publicada no Diário Oficial da União no dia 13 de dezembro, com veto em relação aos sistemas de negociação de Fundos de Investimento em Ações.

Foto: Jonas Pereira/Agência Senado



MEIO AMBIENTE

O mandato do ex-presidente, Jair Bolsonaro, foi marcado por críticas fortes da então oposição quanto à pauta do meio ambiente, fato que, naturalmente, colocou o tema em destaque na corrida eleitoral de 2022 e, em seguida, no exercício de Lula, atual presidente. O ano foi intenso, notado por uma série de mudanças significativas em suas políticas e práticas ambientais, bem como na interlocução sobre o tema com outros países.

O papel do Brasil na COP-28, Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2023, foi notável, com a maior delegação brasileira já encaminhada ao evento. Contou-se com a participação ativa de senadores, representantes do Governo, de movimentos ambientais e da indústria. O país se destacou ao levar, para a Conferência, a pauta do hidrogênio verde — energia limpa e renovável que tem potencial para revolucionar o setor energético. Além disso, durante a Conferência, foi anunciado que o Brasil será a sede do encontro previsto para 2025, a ser realizado em Belém, no Pará.

Foto: Conselho da União Europeia



Outro marco relevante foi a aprovação pela Câmara dos Deputados da proposta que regulamenta o mercado de carbono no Brasil, o PL 2.148/2015, parte da denominada “Pauta Verde”, que teve forte destaque no Congresso Nacional. O texto cria o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), que estabelece tetos para emissões e um mercado de venda de títulos.

A iniciativa é consequência do Acordo de Paris de 2015, que criou metas para conter o aquecimento global, atualizado em 2022 com o compromisso do Brasil de chegar a 2030 emitindo 50% menos carbono que em 2005. Apesar de celebrado por uma parcela da população, a estipulação de um mercado regulado de Carbono — ou seja, obrigatório — desagradou à indústria agropecuária, a qual tem trabalhado pela determinação de um mercado voluntário, em que a troca seja realizada de forma amigável, sem o estabelecimento de um limite e com o recebimento de “créditos de carbono”.

Foto: Geraldo Magela/Agência Senado



Balanço Político 2023

